

Táisa França Rodrigues

**CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL: uma revisão integrativa**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2022

Táisa França Rodrigues

**CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE
CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL: uma revisão integrativa**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Marina Brandão

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2022

Dedico este trabalho a todas as crianças com PC e seus familiares, cuidadores, professores e terapeutas ocupacionais, que em meio a realidade difícil da inclusão escolar, não medem esforços, cuidados, apoio e incentivo.

RESUMO

A Paralisia Cerebral (PC) é um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento, da postura e da cognição atribuídas a distúrbios não progressivos que ocorreram no desenvolvimento fetal ou infantil. As desordens apresentadas por crianças com paralisia cerebral podem interferir no desempenho e participação escolar. A promoção da inclusão escolar da criança com PC exige diversos profissionais que devem atuar de forma conjunta entre eles os terapeutas ocupacionais, que possuem competência para avaliar e intervir no desempenho, além da capacidade para identificar as demandas específicas para que o aluno seja capaz de realizar suas atividades. Por isso este trabalho propôs, por meio de uma revisão integrativa, apresentar as produções literárias existentes no meio acadêmico a respeito das contribuições da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com PC no Brasil. Foram selecionados 10 (dez) artigos para a amostra e, a partir da leitura e análise, evidenciou-se que as intervenções da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com PC se fazem, principalmente, por meio de ações junto à equipe escolar e à família, bem como a prescrição, confecção e treino de Tecnologia Assistiva (TA).

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Paralisia Cerebral. Inclusão.

ABSTRACT

Cerebral Palsy (CP) is a group of permanent disorders of development movement, posture and cognition attributed to non-progressive disturbances that occurred in fetal or infant development. The disorders presented by children with cerebral palsy can interfere with school performance and participation. Promoting the school inclusion of children with CP requires several professionals who must work together, including occupational therapists, who have the competence to assess and intervene in performance, in addition to the ability to identify the specific demands for the student to be able to perform your activities. Therefore, this work proposed, through an integrative review, to present the existing literary productions in the academic environment regarding the contributions of occupational therapy in the school inclusion of children with CP in Brazil. Ten (10) articles were selected for the sample and, from the reading and analysis, it was evidenced that the interventions of occupational therapy in the school inclusion of children with CP are done, mainly, through actions with the school team and the family, as well as the prescription, preparation and training of Assistive Technology (AT).

Keywords: Occupational Therapy. Cerebral Palsy. Mainstreaming.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Base de dados e periódicos e ano de publicaçãopág. 7
- Tabela 2 - Distribuição regional e titulação dos autores dos artigos selecionadospág. 8
- Tabela 3 - Informações referentes ao ano, tipo de estudo, participantes, instrumentação e ações da terapia ocupacional na inclusão escolarpág. 13

LISTA DE SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
COFFITO	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CSA	Comunicação Suplementar e Alternativa
MEC	Ministério da Educação
NE	Nordeste
PC	Paralisia Cerebral
TA	Tecnologia Assistiva
TO	Terapeuta Ocupacional
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	13
3. RESULTADOS	15
4. DISCUSSÃO	33
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

A Paralisia Cerebral (PC) é um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e da postura, atribuídas a distúrbios não progressivos que ocorreram no desenvolvimento fetal ou infantil (ROSENBAUM, 2013). A desordem motora em indivíduos com PC pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, comunicativo e comportamental, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários (ROSENBAUM, 2013). Tais desordens podem interferir no desempenho de atividades relevantes a funcionalidade dessas crianças, além de limitar a participação das mesmas em diferentes ambientes, incluindo o escolar (GUERZONI *et al.*, 2008).

O direito a educação é garantido por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, que prioriza o acesso e a permanência do aluno na escola, objetivando a formação do usuário para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação social (SILVA; FERREIRA, 2014). Além disso, a escola é um espaço reconhecido por sua função socializadora, já que ocupa grande parte do tempo da vida. É durante o período escolar que as crianças irão desenvolver o autoconhecimento, o autocontrole, a capacidade de resolução de problemas, a socialização, a linguagem, a autonomia, além de ser onde encontrarão seus pares - aqueles com quem se identificam - e aprenderão a lidar com a diversidade (MARISTALAB, 2019).

No capítulo IV do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2013) temos que o direito fundamental da pessoa com deficiência à educação, a fim de garantir que a mesma tenha acesso a aprendizagem, de acordo com suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Além disso, o documento afirma que cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar a preparação da escola (inclui disponibilização de tecnologias assistivas e cuidadores), a adaptação dos currículos, os métodos, as técnicas pedagógicas e de avaliação a fim de que se garanta a aprendizagem com qualidade; a adoção de medidas individualizadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, bem como a permanência na escola.

A inclusão dessas crianças exigirá um esforço específico. De acordo com Mendes (2010), o marco da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854. Posteriormente, em 1929, Helena Antipoff influenciou o panorama nacional da educação especial ao propor inicialmente a organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na composição de classes homogêneas. Em 1932, foi criada a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (que a partir de 1945 se expandiu pelo país) e participou dos movimentos que culminaram na criação das APAE, em 1954. Entretanto, foi somente na segunda metade do século XX, que aconteceram as primeiras iniciativas oficiais, por meio de campanhas nacionais que visavam a educação das pessoas com deficiência visual, auditiva e mental.

A partir de 1950, os alunos com deficiência que tinham algum acesso à escola se defrontavam basicamente com duas alternativas: a escola especial filantrópica que não assegurava a escolarização ou a classe especial nas escolas públicas estaduais, que mais servia como mecanismo de exclusão do que de escolarização (MENDES, 2010). Foi somente em meados da década de 90, após a promulgação da Constituição de 1988, que se iniciou uma onda de reforma do sistema educacional, sob a adoção de políticas de **educação para todos** e de **educação inclusiva**.

O primeiro marco importante dessa nova orientação política foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que aconteceu em 1994, em parceria do governo da Espanha com a UNESCO, resultou em um dos documentos mais importantes para a inclusão escolar em todo mundo: a Declaração de Salamanca. Tal documento reforçou que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Além disso, proclamou o direito fundamental à educação em que a criança deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, levando em consideração suas características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem e cabendo aos sistemas de educação ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características (TIBYRIÇÁ, 2018).

De acordo com a Declaração de Salamanca:

o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e

responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (Oliveira) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (Oliveira).

No Brasil, após a Declaração de Salamanca, foi promulgada, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) que afirmou a educação especial como uma modalidade de educação escolar, sendo oferecida preferencialmente pelo ensino regular, para alunos com necessidades especiais. Em seguida, em 2001, foi estabelecida as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001), que determina que 100% do atendimento escolar desses alunos tenha início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial e que 100% dos sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (OLIVEIRA; MORAIS, 2017).

De 2003 a 2012, o Ministério da Educação implantou um conjunto de programas e ações preconizadas pela política de educação inclusiva, sendo elas: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Escola Acessível, que visa à adaptação arquitetônica das escolas; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; Programa Incluir, para acesso às instituições federais de ensino superior aos alunos com deficiência (OLIVEIRA; MORAIS, 2017).

É importante ainda ressaltar que, em janeiro de 2008, é publicada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva . objetivando assegurar a inclusão escolar . e em 2009 acontece a Convenção Internacional

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Baseando-se na Convenção, foi promulgada, em 2015, a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15), sendo essa um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. Além disso, no que tange a inclusão escolar, a LBI estabelece que as instituições privadas devem cumprir todas as políticas de inclusão e oferecer atendimento educacional especializado, sendo proibida a cobrança de valores adicionais em mensalidade, anuidade e matrícula (TIBYRIÇÁ, 2018).

O estudo de Kassir (2012) apontou que os alunos com deficiência que estudam junto a outros em situações comuns adquirem um desenvolvimento mais adequado quando comparadas com escolas especiais. No entanto, apesar desses ganhos é possível identificar vários problemas no cenário da inclusão escolar, como a ineficiência em relação a matricular . de fato . toda a população, a dificuldade de se conseguir professores com formação adequada, a qualidade de nossas escolas, o baixo investimento, entre outros. Bisol *et al.* (2018) ainda aponta a falta de suporte de uma equipe técnica e de materiais adequados e a falta de informações relevantes sobre as necessidades educacionais de cada aluno para elaborar um projeto individualizado.

De acordo com Pelosi (2007), as dificuldades apresentadas por alunos com deficiência física (destacando-se os indivíduos com PC) podem incluir dificuldades para andar, sentar-se, manter a cabeça posicionada adequadamente, falar, utilizar as mãos para segurar objetos ou escrever, organizar a escrita espacialmente no papel, ler textos escritos em letras pequenas e/ou letras cursivas. As dificuldades podem incluir, ainda, utilizar o computador sem adaptações, realizar atividades de vida diária como ir ao banheiro com independência ou alimentar-se. Além disso, a PC pode dificultar a aquisição de habilidades necessárias à interação educacional e práticas instrucionais como o manuseio de instrumentos para desenhar e escrever (BASIL *apud* SILVA; MARTINEZ; SANTOS, 2012).

A dependência das crianças com deficiência física nas atividades de vida diária tem impacto no contexto escolar e pode afetar sua autoestima e limitar as experiências de interação social e participação no intervalo e recreação. Além disto, a limitação na mobilidade poderá manifestar-se ampliada no contexto educacional, devido às barreiras ambientais e às habilidades físicas requeridas nos ambientes da escola,

sendo frequente a sua exclusão do grupo no recreio e das aulas de educação física (SILVA; MARTINEZ; SANTOS, 2012). Dessa forma, para garantir a inclusão da criança com PC no contexto escolar, muitas vezes é necessário suprir suas necessidades por meio de tecnologias assistivas e adaptações ao ambiente escolar e domiciliar, como também preparar estes ambientes e as pessoas envolvidas para viabilizar essa inclusão. Para que isso aconteça, é fundamental que haja um trabalho mútuo e colaborativo entre os profissionais, pais e a direção da escola (MELO; MARTINS, 2007).

Dentre os diversos profissionais que podem atuar, de forma conjunta, na promoção da inclusão escolar, encontram-se os terapeutas ocupacionais. De acordo com a RESOLUÇÃO Nº 500, de 26 de dezembro de 2018, o terapeuta ocupacional (TO) é o profissional competente para avaliar e intervir no desempenho ocupacional do estudante no contexto escolar e, ainda, para identificar as demandas para que o estudante seja capaz de realizar suas atividades ou ocupações, que são resultados da interação dinâmica entre o estudante, o contexto escolar e a atividade a ser desempenhada nos espaços de aprendizagem e de interação escolar (COFFITO, 2019).

Diante da problemática apresentada, este trabalho se propõe, por meio de uma revisão integrativa, apresentar as produções literárias existentes no meio acadêmico a respeito das contribuições da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças PC no Brasil.

2 METODOLOGIA

O método de revisão utilizado nessa pesquisa é de Revisão Integrativa (RI) da Literatura, que busca realizar uma somatória teórica ou de conhecimentos práticos anteriores para compreender um problema relacionado à saúde (BROOME, 2000). Os seguintes passos foram seguidos: identificação do problema; definição do propósito da revisão; pesquisa de literatura utilizando estratégias de buscas nas fontes de dados com a delimitação por meio de palavras chaves; aplicação dos critérios definidos para a escolha dos artigos.

A primeira etapa teve como finalidade a identificação do problema, definindo o propósito da revisão juntamente com a formulação de uma pergunta norteadora para a pesquisa: quais as contribuições da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com PC no Brasil. Os critérios de elegibilidade para inclusão dos artigos pesquisados foram: artigos em português, publicados nos últimos 10 anos, originais, que apresentassem discussões quanto à atuação da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças e quanto a participação escolar de crianças com PC. Os critérios de exclusão foram: artigos publicados a mais de 10 anos, que não se referiam ou citavam a PC (outros quadros clínicos) e/ou a atuação da terapia ocupacional no contexto escolar.

Em seguida, foram pesquisados os Descritores em Ciências da Saúde (DECS) para melhor apuração dos resultados com o propósito de tornar a pesquisa mais objetiva. Os descritores definidos foram: Terapia Ocupacional (Occupational Therapy), Paralisia Cerebral (Cerebral Palsy), Inclusão (Mainstreaming) e os mesmos foram combinados entre si utilizando o operador booleano AND. A busca dos estudos ocorreu durante os meses de abril, maio, junho e julho de 2022 e para a seleção dos artigos foram utilizadas as bases: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Lilacs. Além disso, foram consultadas as revistas de terapia ocupacional do Brasil: Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional UFSCar e da USP, Revista Brasileira de Educação Especial.

Os artigos de revisão foram escolhidos em um terceiro momento. A pesquisa foi realizada separadamente, combinando dois a dois os descritores escolhidos (Occupational Therapy and Mainstreaming; Cerebral Palsy and Mainstreaming), uma vez que utilizar os três simultaneamente não ofereceu amostras desejáveis (nenhum artigo encontrado). Dessa forma, os artigos foram pré-selecionados por meio dos

títulos, palavras-chaves e leitura dos resumos. Aqueles que possuíam relação direta com o propósito da revisão, foram avaliados de forma criteriosa.

3 RESULTADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 artigos pertinentes ao tema do estudo. Desses, foram extraídas as principais informações e construídas três tabelas, expostas a seguir.

A Tabela 1 apresenta as bases de dados e periódicos utilizando para realizar a pesquisa, assim como a distribuição dos anos de publicação dos artigos escolhidos.

Tabela 1. Base de dados e periódicos e ano de publicação

BASE DE DADOS/ PERÍÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Scielo	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
LILACS	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional Da UFSCar	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Revista de Terapia Ocupacional da USP	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Revista Brasileira de Educação Especial	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-

Fonte: elaboração própria.

Destes, penas 4 (40%) artigos foram extraídos das bases de dados Scielo (2) e Lilacs (2) enquanto os outros 6 (60%) foram dos periódicos: Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar (4), Revista de Terapia Ocupacional da USP (1) e Revista Brasileira de Educação Especial (1). Observa-se que a metade dos artigos (5) foram publicados em periódicos da área da terapia ocupacional. Em relação aos anos de publicações, ficou evidente que a maioria (representando 60% do total) datam de 2012 (2), 2018 (2) e 2020 (2), o restante contemplaram o período estabelecido na inclusão.

A Tabela 2 reporta tanto a distribuição regional dos artigos selecionados quanto a titulação e filiação dos autores.

Tabela 2. Distribuição regional e titulação dos autores dos artigos selecionados.

Autor (a)	Filiação	Titulação	Região do Brasil
1 Paloma Greicy Ferreira de Sousa Andrea Perosa Saigh Jurdi Carla Cilene Baptista da Silva	Universidade Federal de São Paulo . UNIFESP, São Paulo, SP.	Terapeuta Ocupacional Graduanda de Terapia Ocupacional Graduanda de Terapia Ocupacional	Sudeste (SP)
2 Mariana Gurian Manzini Carolina Penteado de Assis Claudia Maria Simões Martinez	Universidade Federal de São Carlos . UFSCar, São Carlos, SP.	Terapeuta ocupacional, aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Especial. Terapeuta ocupacional, aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Especial. Terapeuta ocupacional, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial e do Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional	Sudeste (SP)
3 Beatriz Prado Pereira Patrícia Leme de Oliveira Borba Roseli Esquerdo Lopes	Universidade Federal da Paraíba . UFPB, João Pessoa, PB. Universidade Federal de São Paulo . Unifesp, Baixada Santista, SP. Universidade Federal de São Carlos . UFSCar, São Carlos, SP.	*	Sudeste (SP) Nordeste (PB)
4 Maely Sacramento de Souto	Universidade do Estado do Pará . UEPA, Belém . PA.	Terapeuta Ocupacional	Norte (PA)

	Ewerlin Bruna Neves Gomes		Terapeuta Ocupacional	
	Débora Ribeiro da Silva Campos Folha		Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará . UEPA	
5	Simoni Pires da Fonseca	Faculdade de Tecnologia Ibrate . FAITEC, Curitiba, PR.	*	Sudeste (SP, MG) Sul (PR)
	Maria Madalena Moraes Sant'Anna	Universidade Estadual Paulista . UNESP, Marília, SP.		
	Paula Tatiana Cardoso	Universidade Federal do Triângulo Mineiro . UFTM, Uberaba, MG.		
	Solange Aparecida Tedesco	Universidade Federal de São Paulo UNIFESP, São Paulo, SP.		
6	Paula Tatiana Cardoso	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM / Universidade Federal de São Carlos . PPGEE/UFSCar.	Docente do curso de Terapia Ocupacional. Mestre em Educação Especial	Sudeste (SP, MG)
	Thelma Simões Matsukura	Universidade Federal de São Carlos . PPGEE/UFSCar.	Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional	

7	Mariana Gurian Manzini Daniel Marinho Cezar da Cruz Maria Amélia Almeida Claudia Maria Simões Martinez	Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/São Paulo	Doutorado em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Doutorado em Educação Especial. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Doutorado em Educação Especial pela George Peabody College For Teachers, Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, EUA. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional.	Sudeste (SP)
8	Mariana Gurian Manzini Mirela de Oliveira Figueiredo Ana Carolina Gurian Manzini Claudia Maria Simões Martinez	Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/São Paulo	*	
9	Mariana Gurian Manzini Claudia Maria Simões Martinez Gerusa Ferreira Lourenço Bárbara de Brito Oliveira	Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/São Paulo	*	Sudeste (SP)
10	Luciana Ramos Baleotti	UNESP, Campus de Marília, São Paulo.	Professora Assistente Docente do curso de Terapia Ocupacional do	Sudeste (SP)

Ludimila Aparecida dos
Santos Covello

Departamento de Fisioterapia e
Terapia Ocupacional, Faculdade de
Filosofia e Ciências, UNESP,
Campus de Marília. Docente e
Orientadora de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Humano e
Tecnologias, Instituto de
Biotecnologia.

Terapeuta Ocupacional, Faculdade
de Filosofia e Ciências.

Rafaela Brigoni Barbosa

Terapeuta Ocupacional,
Aprimoramento e Especialização
em Reabilitação e Tecnologia.

Mariana Dutra Zafani

Terapeuta Ocupacional. Doutora
em Educação pela Faculdade de
Filosofia e Ciências.

Fonte: elaboração própria. *Informação não apresentada.

A maioria dos artigos selecionados foram elaborados por profissionais da região Sudeste do Brasil (80%). Observa-se que somente um artigo foi elaborado somente por autores de outra região (NE). Ainda de acordo com a Tabela 2, dos 28 autores identificados, foi possível perceber que a maioria deles são terapeutas ocupacionais formados e que fazem parte de programas de pós-graduação.

A tabela 3 apresenta o tipo de pesquisa, participantes e instrumentos (caso houver) e as ações da terapia ocupacional na inclusão escolar de cada artigo.

Tabela 3. Informações referentes ao ano, tipo de estudo, participantes, instrumentação e ações da terapia ocupacional na inclusão escolar.

	Referência	Ano	Tipo de estudo	Participantes	Instrumentos / Procedimentos	Ação da Terapia Ocupacional
1	Ferreira de Sousa, P. G., Jurdi, A. P. S., & Baptista Silva, C. C. (2015). O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura/The use of assistive technology by occupational therapists in the Brazilian educational context: a literature review. <i>Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional</i> , 23(3), 625. 631.	2015	Revisão bibliográfica	Não se aplica	Foram selecionados 11 artigos para análise, considerando aqueles relacionados à tecnologia assistiva, à terapia ocupacional, ao contexto educacional e à inclusão escolar.	Os resultados dos artigos apontaram que as ações da Terapia Ocupacional reduzem as dificuldades apontadas pelos alunos por meio de uso de tecnologia assistiva (TA); capacitam os professores para uso do recurso e criação de estratégias com os alunos com PC. A ação do profissional se faz como um dos agentes modificadores da realidade, demonstrando os caminhos para uma inclusão escolar com menos barreiras e mais potencialidade. Outros resultados do estudo apontaram as questões relacionadas aos tipos de TA utilizadas por crianças com deficiência na escola, a percepção dos alunos e professores sobre a utilização e a finalidade e dificuldades relacionadas.
2	Manzini, M. G., Assis, C. P. de, & Martinez, C. M. S. (2013). Contribuições da Terapia Ocupacional na área da comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de	2012	Revisão bibliográfica	Não se aplica	Foram selecionados 16 artigos para análise, utilizando um protocolo construído especificamente para este estudo.	Os resultados apontaram que as ações da Terapia Ocupacional se relacionam com o atendimento para a implementação dos recursos de Comunicação

periódicos da Terapia Ocupacional / Contributions of Occupational Therapy in the field of additional and/or alternative communication: an analysis of Occu. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 21(1).

Suplementar e Alternativa (CSA), atuando no trabalho clínico, na instrumentação, orientação, indicação e confecção do material necessário para as características de cada pessoa. O profissional analisa quais são as restrições presentes no contexto escolar que impedem a participação desse sujeito e, dessa forma, intervêm para amenizar ou romper essas barreiras, promovendo a inclusão do aluno na escola, considerando os aspectos motores, cognitivos, sensoriais, emocionais e sociais envolvidos na utilização. A introdução da CSA para o aluno com PC que, na escola, era considerado sem nenhuma possibilidade de aprendizagem, trouxe novas relações possíveis, a manifestação do potencial dele e a possibilidade do fortalecimento das capacidades do professor como educador.

3	Pereira, B. P., Borba, P. L. de O., & Lopes, R. E. (2021). Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e	2021	Revisão de literatura- parte dos resultados de uma pesquisa que integrou uma tese de doutorado	Não se aplica	Foram selecionados 38 artigos para análise, que resultou em uma divisão/construção em eixos temáticos:	Os resultados do artigo apontaram que as ações da Terapia Ocupacional estão para além das questões clínicas da PC, fazendo-se
---	---	------	--	---------------	--	---

para a escola no Brasil/
Occupational therapy and
education: the propositions of
occupational therapists in and
for school in Brazil. *Cadernos
Brasileiros De Terapia
Ocupacional*, 29, e2072.

I- Inclusão social, inclusão
escolar, a criança com
deficiência e o diálogo com a
terapia ocupacional;
II- Recursos e dispositivos
para a prática da TO na
escola;
III- A educação infantil, o
desenvolvimento infantil e sua
interface com a TO;
IV- Infância, adolescência e
juventudes em situação de
vulnerabilidade social, a
escola pública e a TO.

necessário olhar qual é a
potencialidade da criança.
No processo de inclusão
escolar, as ações
acontecem de forma a munir
o professor de
conhecimentos e
habilidades, visando a
fortalecer a ação do
educador, do aluno e de
todos os envolvidos,
promovendo soluções para
os impasses, com base no
próprio grupo, com a
utilização de diferentes
recursos, adaptações nas
atividades de acordo com as
necessidades de cada
realidade, pautando ações
mais coletivas, mas
considerando as demandas
individuais. Como
possibilidades de ação,
destacam-se: adaptações
do material escolar; uso de
recursos e pistas visuais
(figuras ilustrativas),
auxiliando a organização e
orientação do aluno quanto
ao tempo e espaço;
estratégias para promoção
do desempenho atividade
escolar, quanto à forma de
oferecer, orientar e conduzi-
la; flexibilização do
currículo, no sentido de
ampliar a forma de
avaliação para compreender

o aprendizado adquirido e percebido; formas de enfrentamento de situações difíceis (entre elas, o incômodo do aluno diante de alguns sons), entre outras. É importante ressaltar também a importância da terapia ocupacional para o trabalho de capacitação dos educadores e profissionais da educação infantil para a estimulação adequada das crianças que frequentam esses espaços, fornecendo subsídios para compreensão da relação entre atividades cotidianas e o desenvolvimento infantil. Por último, ressalta-se o papel da terapia ocupacional como um articulador social nas escolas públicas.

4	SOUTO, Maely Sacramento de, GOMES, Ewerlin Bruna Neves e FOLHA, Débora Ribeiro da Silva Campos. Educação Especial e Terapia Ocupacional: Análise de Interfaces a Partir da Produção de Conhecimento. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2018, v. 24, n. 4	2018	Revisão bibliográfica	Não se aplica	Foram selecionados 18 artigos para análise, que abordassem a relação entre a Terapia Ocupacional e a Educação Especial.	As ações da Terapia Ocupacional na escola englobam: possibilitar que as capacidades pedagógicas se desenvolvam por meio da adequação ambiental, de recursos pedagógicos adaptados, de mobiliário e de orientações ao professor e a toda a comunidade escolar; desenvolver intervenções preventivas e de promoção do desenvolvimento, bem como tem condições de atuar de forma mais direta com crianças alvo da educação especial, a partir de intervenções mais específicas e de parcerias com a equipe de profissionais da instituição; apoiar e colaborar com os professores, para a promoção do envolvimento dos alunos na ocupação da educação; e envolver-se na inclusão escolar a partir do atendimento em ambiente clínico.
5	Fonseca, Simoni Pires da et al. Detailing and reflections on occupational therapy in the process of school inclusion. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. 2018, v. 26, n. 02	2018	Levantamento dados (<i>survey</i>)	de 18 terapeutas ocupacionais, que atuam em educação inclusiva no Estado do Paraná.	O levantamento foi feito com base na resposta de questionário, relacionado à inclusão escolar e atuação do profissional.	As respostas dos participantes indicaram as principais formas de atuação dos terapeutas ocupacionais no processo de inclusão escolar: orientações específicas

sobre o uso de TA e/ou mobiliário; orientações à família em relação à escola e à inclusão; orientações gerais ao professor na escola regular; orientações gerais à escola regular; atividades em ambiente clínico/instituição para o desenvolvimento de habilidades cognitivo-motoras da criança em processo de inclusão escolar. As ações menos citadas foram o treinamento de AVDs na escola regular, bem como a coordenação de grupo de acolhimento, reflexão e discussão sobre questões voltadas ao processo de inclusão. Além disso, foram citadas como formas adicionais de atuação a contribuição do profissional na acessibilidade arquitetônica, a realização de visitas domiciliares e participações na orientação e indicação de materiais oriundos do sistema público destinados às pessoas com deficiência nas escolas regulares públicas.

6	Cardoso, P. T., & Matsukura, T. S. (2012). Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão	2012	Pesquisa de levantamento	de 127 terapeutas ocupacionais, que desenvolvem ou já desenvolveram ações	Questionário aos profissionais: %ocê realiza ou já realizou em sua atuação profissional como terapeuta	Os terapeutas ocupacionais participantes apontaram como suas principais ações realizadas para
---	---	------	--------------------------	---	--	---

	escolar. <i>Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo</i> , 23(1), 7-15.		voltadas para a inclusão escolar.	ocupacional, atividade (s) relacionada(s) ao processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais?+ Em seguida, para todas as respostas SIM, foi enviado um questionário contendo 26 questões (fechadas e abertas).	favorecer a inclusão escolar: a) a orientação à família em relação à escola e à inclusão; b) orientação aos professores e à escola em geral; c) atividades realizadas em ambiente clínico/instituição para o desenvolvimento de habilidades cognitivo-motoras; d) orientações à escola para adequação/adaptação de espaços físicos e recursos materiais e e) treinamento de AVDs (Atividades de Vida Diária) na clínica/instituição e orientação para essas atividades na escola regular.	
7	MANZINI, Mariana Gurian et al. Programa de Comunicação Alternativa para uma Criança com Paralisia Cerebral e seus Parceiros de Comunicação: um Estudo de Delineamento de Múltiplas Sondagens. Todos os autores foram responsáveis pelo desenho, organização e redação do manuscrito e aprovaram sua versão final. <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> [online]. 2019, v. 25, n. 4.	2019	Delineamento experimental de múltiplas sondagens	Os participantes foram uma criança com paralisia cerebral e três parceiros de comunicação em seus respectivos contextos: professor, mãe e terapeuta ocupacional.	Foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos: um computador, uma câmera filmadora digital e uma câmera, materiais de papelaria para fabricação dos recursos de CSA de baixo custo e os símbolos gráficos do software Boardmaker Speaking Dynamically Pro (Boardmaker®). Um conjunto de quatro instrumentos foi utilizado na coleta de dados: protocolo de caracterização dos participantes; entrevista com as habilidades de	Foram realizadas 45 sessões (15 sessões foram realizadas com cada díade (parceiro - criança). As ações da TO consistiram no uso dos recursos de CSA com o apoio (na forma de orientação, dicas, correções e sugestões) da pesquisadora para melhorar as habilidades de comunicação da criança a partir do uso de figuras pictográficas da CSA. No momento que as sessões de intervenção foram iniciadas, mudanças

comunicação da criança; protocolo de filmagem para análise das sessões e sondagem e intervenção. positivas foram identificadas no comportamento da díade, principalmente no que diz respeito ao desempenho da criança, cuja pontuação no estágio de sondagem era nula. Em resposta aos estímulos oferecidos pelos parceiros de comunicação, a criança passou a utilizar os recursos de CSA (com total assistência física e/ou verbal) por meio de gestos (apontando, mostrando) e/ou por meio de assistência física e/ou pistas verbais.

8	Manzini, M. G., Figueiredo, M. O., Manzini, A. C. G., & Martinez, C. M. S. (2021). Terapia ocupacional e comunicação alternativa: intervenção colaborativa com os parceiros de comunicação de uma criança com paralisia cerebral. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 29, e 2057.	2021	Pesquisa aplicada, de natureza experimental e de abordagem qualitativa	Participaram da pesquisa os parceiros de comunicação (mãe, estagiária do curso de graduação em terapia ocupacional e professora) de uma criança com paralisia cerebral.	Foram utilizados instrumentos indicados no Programa Comunica_PC, para identificação das habilidades comunicativas iniciais da criança, caracterização dos participantes, seleção das figuras para a prancha de comunicação, análise das filmagens e análise a percepção dos interlocutores sobre os procedimentos de Intervenção. A coleta e análise foram estruturadas em 5 fases: Fase 1: Conhecimento inicial dos participantes; Fase 2: Capacitação Teórica; Fase 3: Capacitação Prática; Fase 4: Confecção do recurso de comunicação alternativa; e Fase 5: Percepção dos interlocutores após a implementação da comunicação alternativa.	Os autores reportaram que intervenção colaborativa em terapia ocupacional por meio do Programa Comunica_PC foi eficaz no processo de capacitação dos interlocutores para o desempenho comunicativo da criança.
9	Manzini, M. G. et al. Formação de interlocutores de uma criança com paralisia cerebral para o uso da comunicação alternativa. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 25, n. 3, p. 553. 564, 2017.	2017	Pesquisa descritiva caracterizada pelo uso da abordagem qualitativa	Os participantes foram: uma criança com paralisia cerebral e seus interlocutores nos respectivos ambientes de atuação: professora (escola), mãe (casa) e fisioterapeuta (clínica).	Foram utilizados instrumentos para caracterização dos participantes, análise da dinâmica de mímica, seleção das figuras, análise das filmagens e percepção dos participantes sobre a implementação da comunicação alternativa. A coleta e análise dos dados foram organizadas em cinco fases: conhecimento das habilidades comunicativa,	Inicialmente, foi utilizado o protocolo para seleção das figuras para compor a prancha de comunicação: elaborado por Manzini (2013), autora do artigo. Na primeira fase da pesquisa não houve ação direta da terapia ocupacional. Já na fase 2,3,4 as ações do profissional estiveram centradas, respectivamente, em ofertar conhecimento

					formação teórica e prática, confecção da prancha de comunicação e avaliação da formação.	teórico sobre a temática da CSA e vivenciar a dinâmica de mímicas; elaborar uma prancha de comunicação alternativa para cada contexto pesquisado e ensinar os interlocutores a utilizar as figuras de comunicação durante as atividades programadas e implementar a comunicação alternativa na escola, casa e clínica.	
10	<u>Baleotti, L.R.; Covello, L.A.S.; Barbosa, R.B.; Zafabi, M.D.</u> (2020). Tecnologia assitiva para alunos com paralisia cerebral: desenvolvimento e análise colaborativa entre terapeutas ocupacionais e professores. LILACS.	2020	Estudo com abordagem qualitativa	longitudinal com abordagem qualitativa	Realizado em duas escolas da Rede Municipal de Educação Infantil do interior do Estado de São Paulo. Participaram duas professoras que atenderam aos critérios de inclusão: atuar na educação infantil, experiência de três meses de contato com aluno com paralisia cerebral (PC), sendo um aluno com PC leve e outro com PC grave.	O estudo foi desenvolvido em seis estágios com base no processo de consultoria colaborativa, sendo elas: apresentação da proposta aos professores; entrevista inicial com as professoras a fim de obter informações sobre suas percepções acerca das atividades que o aluno com PC apresentava dificuldade em realizar e que julgassem que necessitavam da interlocução com o TO; análise qualitativa dos dados advindos da entrevista inicial; momento de implementação e disponibilização dos produtos de TA como uma das possibilidades e no quinto e sexto estágios, referentes à avaliação e prosseguimento, foram feitas três reuniões mensais com cada professora	Os autores reportaram as ações da terapia ocupacional à confecção de produtos de TA para favorecer a adequação postural (posicionamento na cadeira escolar, apoio de pé) e a capacidade e o desempenho na realização das atividades (confecção de tesoura adaptada, antiderrapante).

com o objetivo de discutir e avaliar conjuntamente a eficácia dos produtos e a satisfação delas quanto aos mesmo

Fonte: elaboração própria.

Dos 10 artigos selecionados, 4 (40%) trataram-se de uma revisão bibliográfica, com a seleção de artigos que abordassem a terapia ocupacional e inclusão escolar. Os demais 6 artigos (60%) foram do tipo: levantamento de dados - *survey* (2), delineamento experimental de múltiplas sondagens (1), pesquisa descritiva caracterizada pelo uso da abordagem qualitativa (1), pesquisa aplicada de natureza experimental e de abordagem qualitativa (1) e estudo longitudinal com abordagem qualitativa (1), pesquisa qualitativa (1) e delineamento (1).

4 DISCUSSÃO

Os resultados descritos nas tabelas apontaram que o maior número de publicações aconteceu nos anos de 2012, 2018 e 2020 e na região Sudeste do país. Além disso, as tabelas retratam que as intervenções da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com PC se fazem, principalmente, por meio de ações junto a equipe escolar e família, bem como a prescrição, confecção e treino de Tecnologia Assistiva (TA), destacando-se a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA).

Pensar na inclusão escolar de crianças com PC implica em considerar os impactos que essa condição de saúde pode impactar na rotina diária da criança. Na maioria dos casos, essas limitações podem interferir na participação no contexto escolar e, conseqüentemente, na inclusão. Nesse sentido, os estudos apontaram que o TO pode ser um dos agentes atuantes na promoção dessa inclusão, tanto por meio da confecção, treino e acompanhamento do uso de recursos específicos (TA e CSA), quanto por meio da orientação e sensibilização dos pais e professores, envolvidos no processo de escolarização.

De acordo com Pelosi (2007), no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência física, o uso da TA se mostra essencial, uma vez que envolve áreas como a mobilidade alternativa; a adequação postural; o acesso ao computador e suas adaptações; as adaptações para realização das atividades de vida diária, para o trabalho e as atividades escolares, equipamentos para lazer e recreação de ambientes; além do transporte adaptado e da CSA. Em conformidade com a autora citada, os estudos apontaram a prescrição de plano inclinado, órteses, pautas ampliadas, lápis com diâmetro diferenciado ou emborrachado, tesoura com mola acoplada em uma base fixa, adaptações para facilitar o manuseio de mochilas, pratos, copos e talheres, uso de antiderrapante na cadeira, apoio para os pés, implementação de computador com teclado adaptado, prescrição para adequação de mobiliários e utilização de equipamentos específicos para melhorar a acessibilidade (como cadeira adaptada na sala de aula e o ~~ca~~antinho do posicionamento) e o uso de recursos e pistas visuais (figuras ilustrativas) como TA empregadas pelos TO capazes de reduzir ou até mesmo sanar as dificuldades apontadas pelos alunos com PC no contexto escolar.

O benefício da atuação da terapia ocupacional com a TA foi reforçado por Baleotti *et al* (2020), ao trazer a fala das professoras:

Com a tesoura ainda está mais complicado, acho que ainda precisa de mais treino. Porém, o fato dele conseguir recortar sem tanta ajuda, está sendo muito bom, ele fica eufórico, quer mostrar para os coleguinhas que consegue (P1).

Você ensinou as posições, melhorou porque agora todas as atividades a gente faz de frente, na linha média ele observa mais, sorri. O cantinho, está sendo muito bom, e ele é leve, posso levar para o tanque de areia, colocar no chão da sala de aula, está bem funcional (P2).

No que tange a utilização dos recursos de TA, o MEC ressalta que estes promovem envolvimento e participação do aluno, uma vez que valorizam as potencialidades, auxiliam no posicionamento corporal adequado (alinhamento e estabilidade), alcance e manuseio de objetos. Além disso, melhora a visualização do professor e dos colegas, favorecendo a atenção e a interação entre as crianças. Esses recursos contribuem também na aprendizagem de conceitos e no desenvolvimento de habilidades, permitindo reduzir possíveis barreiras da comunicação (MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D., 2002; MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D., 2004)

Considerando que os comprometimentos na comunicação de crianças com PC podem interferir na inclusão escolar, a maioria dos artigos apontaram a CSA como principal foco de intervenção da terapia ocupacional no contexto escolar. Os alunos com deficiência podem apresentar dificuldades na linguagem receptiva (compreensão), na linguagem expressiva (oral e escrita) ou em ambas. Aqueles não possuem habilidades de comunicação eficiente podem ser incapazes de expressarem seus sentimentos e preocupações e terem prejudicados os seus desenvolvimentos acadêmicos e social (SMITH; RYDANK, 1999 *apud* PELOSI, 2007).

Na série de estudos elaborado por Manzini *et al*, com parceiros de comunicação de crianças com PC, ficou evidente, por meio da criação e implementação do programa %Comunica_PC+, o papel do TO na identificação e capacitação dos interlocutores, por meio do treinamento teórico e prático e da confecção da prancha de CSA. Como resultado da implementação no repertório comunicativo da criança foram citados a diminuição da frequência dos comportamentos atípicos (como o choro) e o surgimento da %espera+ (a criança passou a aguardar a vez para participar das atividades em grupo). Ressalta-se que o papel do profissional não irá se restringir

apenas à implementação da CSA, mas acontecerá também na avaliação do sujeito, - considerando suas habilidades físicas, cognitivas, sensoriais e emocionais, - na identificação das ocupações e atividades necessárias para que o recurso se desenvolva e no acompanhamento do desenvolvimento do processo com constantes reavaliações (MANZINI; ASSIS; MARTINEZ, 2013). Nesse sentido, a introdução da CSA para os alunos com PC trouxe novas relações possíveis, permitindo a manifestação do seu potencial, tanto como facilitador da comunicação quanto no próprio processo de escolarização . como a alfabetização (MANZINI; ASSIS; MARTINEZ, 2013).

Apesar de a TA possibilitar ao TO estimular a função e reduzir o impacto da deficiência na realização de atividades funcionais de maneira independente (PELOSI, 2008), as intervenções voltadas para a inclusão escolar de crianças com PC não devem se restringir somente a elas e à sala de aula. Considerando o exposto, ficou evidente à falta de estudos que abordem, na prática, as demais contribuições do profissional. Na inclusão escolar, o TO poderá, ainda, identificar o nível de compreensão e de engajamento do aluno nas atividades propostas, como as brincadeiras, possibilitando que sejam oferecidas às que estão de acordo com suas potencialidades, interesses e faixa etária. Além disso, poderá auxiliar na tomada de decisões e elaboração do Atendimento Educacional Especializado, promover melhorias atitudinais na escola como um todo, por meio de orientações aos pais e funcionários da escola, realizar consultoria colaborativa, reduzir barreiras arquitetônicas, realizar treino de AVD e atividades para desenvolvimento cognitivo-motor, fazer encaminhamento para equipe multidisciplinar caso haja necessidade, realizar acolhimento e escuta ao aluno e poderá promover ações com os colegas de sala (alunos) para compreensão e suporte, além do acompanhamento individualizado durante as aulas (FONSECA *et al.*, 2018; CARDOSO; MATSUKURA, 2012; PEREIRA; BORBA; LOPES, 2020).

A falta de apoio, investimento específicos e acessibilidade, somada a deficiência na capacitação e provisão de recursos materiais, a carência de serviços, a quantidade de alunos por sala de aula e as limitações estruturais e do tempo para à atuação do profissional, foram citados como barreiras para o processo de inclusão escolar (FONSECA *et al.*, 2018). Além disso, a dificuldade em estabelecer um trabalho em equipe com cooperação dos familiares e professores no trabalho da terapia

ocupacional dificultam a elaboração e implementação de projetos pedagógicos interdisciplinares com aprendizado cooperativo (FONSECA *et al.*, 2018). As existências de tais barreiras podem ser associadas à falta de aporte teórico que abordem quais são as intervenções específicas da terapia ocupacional na inclusão de crianças com PC. A carência de estudos dificulta a propagação e prejudica o direcionamento das intervenções. Da mesma forma, a concentração de estudos na região Sudeste (SE), principalmente no Estado de São Paulo, reforça a falta de acesso fidedigno às informações que condizem com a realidade de cada aluno em cada contexto.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade da construção teórico-prática de estudos sobre as intervenções da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com PC que evidenciem as divergências socio-econômico-cultural que permeiam as escolas brasileiras, assim como, que objetivem a propagação do conhecimento, para qualificar e valorizar a prática profissional com esse público.

Para isso, conforme Basil, 2004 *apud* Melo; Martins, 2007:

A escola, na perspectiva inclusiva, precisa garantir os meios necessários para prover as necessidades educacionais do aluno com PC, uma vez que desses recursos também depende o desenvolvimento de suas potencialidades. Atender as necessidades educacionais do aluno com PC, nessa perspectiva, é, pois, antes de tudo, saber de que forma a escola terá que dar respostas a essas necessidades, o que implica conhecer as singularidades desse aluno para poder intervir pedagogicamente de forma adequada.

CONCLUSÃO

Esta revisão contribuiu para mapear as produções brasileiras sobre as ações da terapia ocupacional na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral e para servir de base para futuros estudos e intervenções sobre o tema. Apesar de existirem leis e normas que garantem o acesso à escola e aos recursos necessários para as crianças com deficiência, o sucesso da inclusão é fadado a uma realidade excludente, em que não há o preparo real para que ela aconteça. A terapia ocupacional, nesse sentido, é agente transformador de realidade. No que diz respeito às crianças com PC, estudos que considerem a individualidade da criança, em todos os seus contextos: casa, escola, clínica ou outro, e que avaliem o impacto da inclusão no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, além de elencar as demandas e ações da terapia ocupacional, fazem-se necessárias nas escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas.

REFERÊNCIAS

- BALEOTTI, L.R.; COVELLO, L.A.S.; BARBOSA, R.B.; ZAFABI, M.D. Tecnologia assistiva para alunos com paralisia cerebral: desenvolvimento e análise colaborativa entre terapeutas ocupacionais e professores. **LILACS** | ID: biblio-1362257. 2020.
- BISOL, C. A. *et al.* Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura. **Conjectura: filos. e Educ.**, Caxias do Sul , v. 23, n. 3, p. 601-619, 2018 .
- BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. *In*: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. **Concept Development in Nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia: Saunders Company, 2000. p. 231-250.
- CARDOSO, P. T., & MATSUKURA, T. S. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v.23, n.1, p.7-15, 2012.
- CREFFITO. **Resolução nº 500**, de 26 de Dezembro de 2018. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências.
- FERREIRA DE SOUSA, P. G., JURDI, A. P. S., & BAPTISTA SILVA, C. C. O uso da tecnologia assistiva por terapeutas ocupacionais no contexto educacional brasileiro: uma revisão da literatura. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v.23, n.3, p.625. 631, 2015.
- FONSECA, S. P. da *et al.* Detailing and reflections on occupational therapy in the process of school inclusion. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional** [online]. v. 26, n. 2, 2018.
- GUERZONI, V. P. D. *et al.* Análise das intervenções de terapia ocupacional no desempenho das atividades de vida diária em crianças com paralisia cerebral: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. v. 8, n. 1, p.17-25, 2008. Acessado 5 Outubro 2022.
- KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade** [online]. v. 33, n. 120, 2012.
- MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamentos e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física . recursos pedagógicos adaptados**. Brasília: MEC/SEESP, 2002. v.1.
- MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Portal de ajudas técnicas: equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa**

com deficiência física / recursos para comunicação alternativa. Brasília: MEC / SEESP, 2004. v. 2.

MANZINI, M. G. *et al.* Formação de interlocutores de uma criança com paralisia cerebral para o uso da comunicação alternativa. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, p. 553. 564, 2017.

MANZINI, M. G., ASSIS, C. P. DE, & MARTINEZ, C. M. S. Contribuições da Terapia Ocupacional na área da comunicação suplementar e/ou alternativa: análise de periódicos da Terapia Ocupacional. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v.21, n.1, 2013.

MANZINI, M. G., FIGUEIREDO, M. O., MANZINI, A. C. G., & MARTINEZ, C. M. S. Terapia ocupacional e comunicação alternativa: intervenção colaborativa com os parceiros de comunicação de uma criança com paralisia cerebral. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. 29, e 2057, 2021.

MANZINI, M. G. *et al.* Programa de Comunicação Alternativa para uma Criança com Paralisia Cerebral e seus Parceiros de Comunicação: um Estudo de Delineamento de Múltiplas Sondagens. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v. 25, n. 4, 2019.

MELO, F. R. L. V. M.; RAMOS, Lúcia de Araújo. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v.13, n.1, p. 111-130, 2007.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v.22, n.57, mayo-agosto, 2010.

OLIVEIRA, P. F. M.; MORAIS, M. L. DE. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE REFLEXÃO DO CENÁRIO BRASILEIRO. **Revista SOMMA**, v. 3, n. 1, p. 69. 80, 6 nov. 2017.

PELOSI, M. B. **Inclusão e tecnologia assistiva**. 2007. 303f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, B. P., BORBA, P. L. DE O., & LOPES, R. E. Terapia ocupacional e educação: as proposições de terapeutas ocupacionais na e para a escola no Brasil. **Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional**, v.29, e2072, 2021.

QUAL a importância da escola na vida do adolescente? **MaristaLab**, 2019. Disponível em: <https://maristalab.com.br/adolescencia/qual-a-importancia-da-escola-na-vida-do-adolescente/#:~:text=O%20papel%20da%20escola%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20dos%20jovens&text=A%20escola%20tem%20a%20fun%C3%A7%C3%A3o,dos%20j%C3%A1%20inseridos%20pela%20fam%C3%ADlia> .

ROSENBAUM P, PANETH N, LEVITON A, GOLDSTEIN M, BAX M, DAMIANO D, DAN B, JACOBSSON B. A report: the definition and classification of cerebral palsy

April 2006. **Dev Med Child Neurol Suppl.** v.109, p.8-14, 2007. Erratum in: **Dev Med Child Neurol.**, v.49, n.6, p.480, 2007. PMID: 17370477.

SILVA, D. B. R., MARTINEZ, C. M.S. e SANTOS, J. L. F. Participação de crianças com paralisia cerebral nos ambientes da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v.18, n.1, p.33-52, 2012.

SILVA, L. G. Mo.e FERREIRA, T. J. O papel da escola e suas demandas sociais. **Periódico Científico Projeção e Docência.** v.5, n.2, 2014.

SILVA, N. C.e CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v. 23, n. 2 p. 293-308, 2017.

SOUTO, M. S. de, GOMES, E. B. N. e FOLHA, D. R. da S. C. Educação Especial e Terapia Ocupacional: análise de interfaces a partir da produção de conhecimento. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. v.24, n. 4, 2018.